

# Estatística(mente) só com (des)conhecimento



**Por: Osvaldo Silva**

Professor Auxiliar do Departamento de Matemática e Estatística da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade dos Açores  
osvaldo.dl.silva@uac.pt

Neste período de pandemia de Covid-19, em que a inquietação e incerteza é muita, junto dos cidadãos e das suas instituições, é de extrema importância que as informações apresentadas sejam precisas e objetivas de modo a auxiliar na tomada de decisões aos mais variados níveis. Todas as ações determinadas a nível dos estados (quer seja, por exemplo, ao nível da Europa, de Portugal ou mesmo ao nível das suas regiões) devem ser bem explicadas à população, para que depois de devidamente compreendidas possam atingir os objetivos pretendidos, com a adesão massiva dos seus cidadãos, e para que estes sintam que, de facto, os sacrifícios que possam a estar a desenvolver num dado momento darão os seus frutos num futuro relativamente próximo. A organização, o planeamento e a informação atempada e que seja útil às pessoas devem fazer parte de todo o processo metodológico a ser avançado por parte dos decisores.

Atualmente, com o recurso à tecnologia e com o suporte em rede, de forma muito ativa e presente nos mais variados organismos públicos e privados, poderemos ter informações estatísticas relevantes e atualizadas que poderão ajudar a tomar as decisões mais adequadas, não só a nível macro (País), mas também tendo em atenção as especificidades regionais e locais, como sejam no caso da saúde, do emprego e da economia. O papel das instituições que procedem a essa recolha, tratamento e difusão da informação é de grande relevância, como é o caso a nível nacional do Instituto Nacional de Estatística, com a realização, por exemplo, dos Censos, os quais nas últimas décadas têm sido realizados de 10 em 10 anos.

As informações obtidas nos Censos e em outros estudos desenvolvidos pelos mais variados organismos públicos no âmbito das áreas da educação, saúde, emprego, entre outras, têm possibilitado o conhecimento das condições de vida dos cidadãos com vista à definição das políticas públicas, as quais devem ter sempre presente que as informações estatísticas têm um papel instrumental desde a formulação até à avaliação dessas políticas. De modo a que essas políticas públicas possam atingir os seus propósitos, é fundamental a produção de informação detalhada e pormenorizada, devendo-se para esse efeito proceder a diagnósticos minuciosos, ao uso de sistemas de indicadores para monitorização das ações desenvolvidas, à avaliação de procedimentos adotados e dos resultados obtidos, assim como à averiguação dos seus potenciais impactos.

A utilização da informação existente, nas mais variadas fontes onde as mesmas se encontram acopladas, deve ser garantir a proteção dos dados, possibilitando a conjugação integrada de informações em tempo real que garantam a produção de indicadores de sinalização



emergentes (por exemplo, ao nível da saúde, na definição de mapas de risco ou da necessidade de alocação de recursos materiais e/ou humanos). A formulação das políticas deve ser sempre readaptada de acordo com a avaliação efetiva com base na informação disponível, a qual deve ser bem trabalhada e ser colocada ao serviço do bem-estar dos seus cidadãos.

A utilização de estatísticas e, em particular, o uso de índices e indicadores estão cada vez mais enraizados e são cada vez mais apresentados pelas mais variadas organizações na sua argumentação para fundamentarem as suas posições políticas, sindicais, patronais, as dos meios de comunicação social, entre muitas outras. No nosso dia a dia, todos os meios de comunicação, dos tradicionais (jornais, rádio, etc.) aos digitais, apresentam muito frequentemente notícias em que se constata a existência de valores numéricos (estatísticas), com base nos quais se pode tentar fazer comparações, quer a nível internacional e/ou europeu e/ou regional. No contexto atual de pandemia, todos ouvimos falar e queremos saber se a pobreza está a aumentar, se a taxa de desemprego está a crescer, se o rendimento disponível está ou não a diminuir, se o desempenho escolar está a melhorar ou a piorar, se está a ser mais difícil o acesso a serviços de saúde, entre outros aspetos do nosso dia a dia.

Quando as problemáticas associadas a um determinado contexto são bem caracterizadas por um conjunto de indicadores, mais informação é disponibilizada a todos os atores sociais possibilitando que estes, de forma mais substanciada e argumentativa, possam elencar e participar na definição das prioridades a serem tidas em consideração na alocação de recursos nos respetivos orçamentos a curto e a médio prazo. Para esse efeito, é imprescindível que os diagnósticos sejam bem feitos, com o recurso a indicadores que mensuram as características do público alvo a acolher e toda a conjuntura social envolvente, averiguando as suas potencialidades e fragilidades e promovendo o nível de participação da sociedade. Na operacionalização de uma qualquer política é imperativo que a mesma seja monitorizada e avaliada no seu decurso, de modo a permitir evitar eventuais sinais de desfasamento entre o preconizado e o que está a suceder na sua concretização junto do público alvo, de modo a que os resultados esperados possam

se aproximar do que é idealizado. Assim, para que haja melhoria na qualidade das decisões, é necessário cada vez mais o estreitamento de relações, de forma célere, entre os resultados da monitorização e as respostas dos decisores a essas políticas. Por isso, a utilização da Estatística, de modo adequado, com o uso de informação técnica e científica de forma sucinta, por exemplo com recurso a valores numéricos, designados por estatísticas, índices ou indicadores, mas preservando o significado original associado às características inerentes aos dados em análise, possibilita o uso de metodologias e técnicas apropriadas para auxiliar na avaliação objetiva e rigorosa dessas políticas, aos mais variados níveis de atuação.

A monitorização e a análise com carácter permanente das dinâmicas sociais são de extrema importância no período atual, em que os contextos mudam muito rapidamente e é necessário alocar de forma prioritária e responsável os recursos disponíveis, que são limitados, de modo a que as respostas sejam efetivas e tenham impactos relevantes na minimização de danos ou na alteração de paradigmas para essa conjuntura. A existência de plataformas que disponibilizem essa informação estatística, pertinente e que esteja atualizada, de modo a auxiliar todos os seus potenciais utilizadores que necessitam de a consultar, é cada vez mais imprescindível para o exercício da cidadania a todos os níveis da sua execução. Embora se note, cada vez mais, um esforço nesse sentido nas plataformas, ao nível da agregação de fontes de estatísticas oficiais (INE, Eurostat, Observatórios sectoriais) e em algumas delas com informações de cariz regional, existe a necessidade de que todo esse processo seja mais célere de modo a possibilitar que todos os agentes sociais possam ter acesso a informações relevantes e em tempo útil no auxílio ao seu processo de tomada de decisões.

Com o acesso generalizado da população às mais variadas tecnologias digitais e sendo na atualidade a informação estatística utilizada por todos, nas mais diversas funções no nosso dia a dia, é necessário que os cidadãos estejam cada vez mais habilitados a ter conhecimentos de Estatística, para conseguirem comunicar e decifrar, da forma mais adequada, as informações que têm ao seu dispor. Estamos numa sociedade onde cada um de nós pode desenvolver a função de consumidor e produtor de

informações estatísticas, exigindo para esse efeito que os mesmos tenham a capacidade de as interpretar e analisar de forma reflexiva e crítica. É por isso que a promoção da literacia estatística deve ser uma prioridade de todos e em particular dos professores e das instituições e agentes que produzam e lidam com dados e com a utilização dessa informação.

Para se avaliar as informações que são apresentadas, é necessário que nos interroguemos logo à partida, lançando algumas questões que necessitam de ser respondidas, como por exemplo, “Quem é que apresenta esta informação e qual a sua origem?”, “Será que a informação está completa ou alguma parte relevante é omitida?”, “Será que a mesma faz sentido?”. Para além disso, devemos também ter muito cuidado aquando da análise de gráficos que possam ser apresentados, dado que em alguns casos podem ser enganosos, com fins comerciais ou políticos. Devemos atuar de forma preventiva na análise daquilo que nos é apresentado.

Numa sociedade onde abunda e cresce o volume de dados, a uma velocidade atroz, e em que, por outro lado, a informação apresentada é em algumas situações manipulada e/ou dada de forma parcial, é imperioso que os cidadãos tenham um conjunto de conhecimentos básicos de Estatística que os ajude a selecionar e a avaliar a credibilidade da informação disponível e com ela tomar as decisões de forma consciente e ponderada. O desenvolvimento dessa cultura estatística é cada vez mais importante junto dos cidadãos, para que estes possam estar capacitados para resolver os desafios associados ao uso da informação estatística no seu quotidiano.

O desconhecimento da Estatística e das estatísticas combate-se com a formação e a aquisição de conhecimentos técnicos, o qual exige trabalho, determinação, partilha e troca de experiências e o esforço inteligente da análise e contextualização da temática em estudo. As estatísticas estão cada vez mais presentes nas nossas vidas e o que os estatísticos sabem com toda a certeza é que a incerteza estará sempre associada na resposta às questões baseadas em dados. Agora que está sensibilizado para esta situação, já sabe como atuar nesta sociedade da (des)informação. Está avisado, agora proceda de forma conscienciosa para não ser facilmente manipulado. Convém ter sempre presente que o (des)conhecimento depende também de si!